
A paisagem sertão autonarrada:
um diário de viagem na perspectiva feminina

Hinterland landscape self narrated: a travel journal
in a female perspective

Margarida do Amaral Silva*

Resumo

Neste estudo visualiza-se a paisagem enquanto fenômeno cultural complexo, em particular, por saber que a sua existência é precária e subordinada às significações que lhe são atribuídas pelas variadas formas de experiência narrativa. Assim, ao ser evidenciado o diário de viagem de Augusta de Faro Felury Curado, é possível repensar uma das formas de apropriação das imagens que configuram o lugar sertão em meio a suportes arquetípicos que tem sido historicizados, espacializados e socializados na paisagem. A leitura de uma autonarrativa do lugar ocasiona, inclusive, a apreciação do Brasil-interior que reside discursivamente no pouso, na tropa e em arranjos comerciais.

Palavras-chave: Paisagem sertão. Diário feminino. Experiência autonarrativa.

Abstract

In this study, we visualized landscape as a complex phenomenon, being aware that its existence is precarious and subject to the meanings assigned to it by experiencing various forms of narrative. Thus, given the evidence in Augusta Faro Felury Curado travel journal, one can rethink a form of appropriation of the images that make up the hinterland amid historical, spatial and social archetypal media shared in the landscape. Reading a self narrative of place invokes the appreciation of Brazil's hinterland, which, in turn resides within discourses of daily travel arrangements.

Keywords: hinterland landscape; woman's journal; self narrative experience.

* Doutoranda em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: margarida.ufg@gmail.com

1. Dos sentidos do lugar

Uma reflexão que caminha pela variedade de representações discursivas assumidas pela paisagem sertão permitiu compreender que não existe propriamente o humano e o lugar definíveis de uma vez por todas, seja na fluidez da sociedade no espaço-tempo.¹ Na verdade, a paisagem como fenômeno complexo é sempre polissêmica, encerrando em si inúmeros sentidos. Conforme lembra Silveira,² não existe uma paisagem que não seja cultural, por isso a expressão “paisagem cultural” deve ser considerada uma tautologia, na medida em que toda e qualquer paisagem deve ser vista como um fenômeno de cultura.

Assim, ao pensar aqui a paisagem como forma imaginária do lugar sertão, entende-se que é tão difícil de limitá-la e defini-la precisamente em função do seu caráter sócio-histórico. É por esta razão, inclusive, que neste estudo se tenciona não utilizar dicotomias entre espaço e lugar por entender que eles, em igual medida, são resultantes de interações históricas, sociais, espaciais e culturais. Convém considerar que ambos, como elementos imagéticos inseparáveis para esta reflexão sobre o sertão, configuram-se como fenômenos humanos que desempenham importante papel na conformação de paisagens.³

O certo é que qualquer categorização que ordena as configurações assumidas pelo sertão reitera noções arbitrárias e discutíveis sobre a existência (ou a persistência) do Brasil-interior.⁴ Então, imprescindível foi também reposicionar neste contexto o discurso autobiográfico, porque nele a marca

¹ Pela amplitude semântica conferida ao espaço e ao tempo, opto na maioria das vezes pelo uso do binômio “espaço-tempo”, de modo a expandir as condições de realocação analítica dos possíveis significados de cada um deles. Mas, a aplicação das palavras como um substantivo composto também está sustentada por concepções Nuer, expressas pela escrita etnográfica de Evans-Pritchard, na qual se lê que “os conceitos de espaço e tempo são determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem apenas uma das muitas possíveis respostas a este ambiente e dependem também de princípios estruturais, que pertencem a uma ordem diferente da realidade” (EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuer: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2007 [1940], p. 107).

² SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da; CANCELA, Cristina Donza (Orgs.). *Paisagem e Cultura: dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade*. Belém: EdUFPA, 2009, pp. 71-83.

³ TUAN, Yi-Fu. *Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

⁴ A expressão Brasil-interior é utilizada neste contexto como recurso para tentar um avanço sobre conceituação ou mensuração de um suposto espaço físico, a exemplo do que acontece em expressões como “região Centro-Oeste”, “Planalto Central” e “Estado de Goiás”. O que se espera é um afastamento do espaço e/ou lugar geométrica e topograficamente marcado. Acredita-se que o uso do composto Brasil-interior, por este lado, pode dar abertura ao vasto campo de sentidos instaurados na paisagem sertão.

residente na paisagem narrada porta certa constância. Afinal, é sabido que se tornou comum, para muitos produtores do lugar, a construção do sertão sempre preenchido por signos fixos, os quais demarcam traços legítimos e imóveis da paisagem devastada no interior, no desabitado, na vastidão esquecida. Mas, qualquer lugar imaginado sempre ultrapassa a conformação que engloba parâmetros de natureza histórica, geográfica, jurídica, administrativa, sociológica. Conforme fenômeno cultural, evidentemente a paisagem sertão supera a mera indicação da topologia de referência espacial e social, pois figura nas interações discursivas que a reeditam.

Em vista disso, coube aqui utilizar um diário de viagem, de autonarrativa⁵ feminina, para enveredar pela apreciação das categorizações da paisagem sertão, porque através deste caminho é colocada em evidência a percepção narrativa edificadora do lugar marcado. Antes de tudo, houve evidência neste estudo para um versão ou visão narrativas que tenciona dar consistência topográfica ao lugar, que é sempre imaginário. Fica em evidência que naquele campo de produção do discurso autobiográfico sobre o lugar houve a preocupação em transformar a paisagem numa imagem delineada e familiar, mas que também não deixasse de ser antagonicamente aproximada das medidas de estranhamento e distanciamento. Então, trata-se da materialização do pensamento social incorporado por sertanistas e demais viajantes do sertão, em particular, para os quais deveria ser sustentado em seus relatos o ato de historicizar, espacializar e sociabilizar a paisagem.

Portanto, faz-se necessário repensar a ação discursiva que fixa marcadores no e pelo espaço-tempo autonarrativo que, enquanto portador de significações, é incessantemente reiterado. No entanto, também coube deixar claro que das muitas questões que estão postas neste estudo, nenhuma delas se refere ao desvendamento de quem na realidade são os sertanejos, em quais sertões eles habitam ou em que signos estão abrigados seus marcadores. Há vistas à abordagem do que significa recorrer aos procedimentos de invenção e fixação do humano e do lugar através de uma autobiografia que desencadeia a produção do interior brasileiro.

Na verdade, para não fugir à complexidade desta discussão, pode-se pensar nisso de muitas formas. Uma delas é dizendo que os modos de ver do mundo, arraigados nas expressões da cultura identificadora, têm sido usados para explicar o grupo social como uma soma de práticas coletivas. Ao considerar que o indivíduo reitera seu lugar ao evocar, através da língua

⁵ O uso do termo *autonarrativa* é uma tentativa de apontar a escrita para além do “eu biográfico”, sendo o relato algo inserido no domínio de códigos sociais que são narrados a partir de uma paisagem de vida.

ou da cultura, os elementos significativos de sua história, fica em destaque que noções materializadas do sertão têm criado campos de poder assentados imageticamente na marca identificatória. Isso explica, por exemplo, a tradução da paisagem sertão em termos espaciais, já que a mesma em geral resulta da tentativa de unir aspectos de referência e fundação estática dos sentidos, que nunca deixarão de ser interativos e flutuantes.

Torna-se importante nesse enfoque não desconsiderar que, em se tratando da realização inacabada que é o sertão, as formas arquetípicas de pessoas, objetos e lugares estão apresentadas aqui como uma tentativa de mobilizar a interpretação de imagens pela variedade de suas significações. Fica aberto um caminho para explicar como as perspectivas discursivas têm abreviado lugares como o sertão, pois desempenham a função de retenção e fixação das configurações moveidias da paisagem, as quais jamais cessarão de se expandir e se retrair.

Mobilizando diferentes composições narrativas, este estudo almejou se estruturar em função de uma posição plástica, dinâmica e contextual, em que a demarcação figurativa do Brasil-interior evocasse uma diversidade de elementos significativos em seu conjunto. Agora, está incentivada a apreciação do fenômeno cultural que é a paisagem sertão conforme portador de signos que são sempre patentes e amplamente interpretáveis. Ocorre dizer que o interior brasileiro não pode ser mais um quadro negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras. Trata-se com o local que recebe a marca social que, além da imagem fixa, também ocasiona um olhar ao móvel e disforme.

O local recebe marcações do grupo ao qual se associa, por um processo dinâmico e extremamente móvel de desdobramentos sócio-históricos. A produção simbólica do interior deve ser discutida como fenômeno sem se perder de vista que as fixações arquetípicas de humano e lugar suscitam, em primeira instância, a visualização crítica dos marcadores culturais. Se o sertão não raro é chamado a expressar um ponto de orientação, isso se deve à sua capacidade de representar relações significativas entre os elementos do meio social: pessoas, lugares, instituições, acontecimentos. Mas, ao compreender que a paisagem não comporta homogeneidades, fica latente um amplo campo de tensões e fusões.

É bem verdade que nos lugares relativamente determinados, a pluralidade de marcadores que o conformam está encoberta pelas tentativas de eclipse dos fenômenos de cultura. Entretanto, o exercício de fixação das imagens acaba por sinalizar o lugar transitório inscrito pelas e nas

narrativas. Por isso, a demarcação de extremos e polaridades discursivas ampara apreciações sobre a posição ocupada pela paisagem em um diário de viagem experienciado no Brasil-interior. Nos limites desta reflexão, tem-se que a fixação do sertão não se refere apenas a uma instituição cultural local, porque reverbera um produto simbólico. É imprescindível, então, refletir sobre a sinalização da paisagem como decorrente de um posicionamento político e, portanto, sustentado pela construção de sentidos imprecisos e ilimitados, pois são multiexperienciados.

Ao apreciar a projeção do lugar pela perspectiva da paisagem sertão autonarrada em um diário feminino, o que se pretende é interpretar impressões não lineares, e muitas vezes desarticuladas, que sustentam a produção história, espacial e social do lugar. De algum modo, a perspectiva da paisagem autobiográfica pode ser um percurso para justapor conteúdos narrativos sobre o lugar imaginado que é o sertão.

2. O diário de viagem como sinalizador do lugar sertão

A obra de Augusta de Faro Fleury Curado,⁶ intitulada *Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896 (A viagem era assim)*,⁷ é um diário de viagem que apresentou uma das formas possíveis de multiexperienciação narrativa da paisagem sertão, porque se apropria de imagens tais como os ranchos, os pousos, as tropas, os carros de bois e os elementos humanos. A tomada dessa autobiografia, ambientada precisamente em uma viagem familiar, presta-se à releitura dos marcadores que povoam o imaginário social e designam motivos à existência do e no lugar sertão.

Por este caminho, tem-se que a autonarrativa constitutiva da paisagem marcada é uma composição agrupadora de significações. O diário da viajante Augusta de Faro versa sobre a trajetória de vidas em paralelo aos itinerários de viagem experienciados nos pousos e nas estradas do interior brasileiro. Seja entendido como diário de viagem, diário de campo, composição historiográfica, narrativa etnográfica, autobiografia ou autonarrativa,

⁶ Augusta de Faro Fleury Curado é filha do comendador André Augusto de Pádua Fleury, que usufruiu de prestígio no Império, sendo o governador do Paraná, Espírito Santo e Ceará e um dos reformadores do ensino jurídico no Brasil, com presença na direção da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Devido a isso, Augusta foi educada em Paris, recebendo formação como “dama do século XIX” nascida sob a égide do Romantismo, difusor este de lirismo e exuberância na composição escrita.

⁷ CURADO, Augusta de Faro Fleury. *Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Kelps/UCG, 2005.

o registro abreviado das experiências arquetípicas de Augusta celebra a pretensão e a efetivação de uma possibilidade discursiva do lugar.

Assim, o interesse deste estudo em tomar precisamente o diário de viagem para mirar a paisagem tida como Brasil-interior deve-se, primordialmente, ao fato de que esse material de registro tem por atribuição abrigar imagens, marcas ou inscrições que designam configurações tipológicas ao sertão. Com isso, desponta-se a necessidade de repensar como e para quê(m) a autora de um diário de viagem conta ou inventa trajetórias supostamente pessoais e as perpetua pela memória da sociedade. Ocorre aqui a necessidade de nova submersão no imperativo das narrativas como sendo trabalhos de artesãos, conforme apontou Benjamin,⁸ pois o que se tem são expositores de (des)construções de pessoas, tempos e espaços impressos pelo exercício narrativo.

O que se objetiva aqui é expor um diálogo fundado no imperativo da autonarrativa pautada paralelamente na evocação da trajetória individual⁹ e ainda na tentativa de edificação historiográfica da memória coletiva.¹⁰ A pretensão é evidenciar a fala da narradora que escreve para além de si, dentro de um mundo reconfigurado com fins de proporcionar um “aparte totalitário” sobre o percurso da viagem somado às instâncias históricas e sociais da vida de alguém.

Neste contexto de ponderações, a autobiografia é apreciada como uma voz ou fonte interligada à percepção humana e, portanto, intrinsecamente subjetiva. Isso explicita que o diário de viagem composto *Do Rio de Janeiro a Goiás*, desde sua concepção à sua publicação, esteve associado à vivência pessoal experienciada no sertão. Afinal, foi durante um percurso entre o sol e a chuva, em meio aos meses de setembro e outubro, por “caminhos difíceis por causa da lama”, que Augusta de Faro repousou na profunda intimidade do diário através de sua expressão autobiográfica.

⁸ BENJAMIN, Walter. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskow e sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter, HORKHEIMER, Max et al. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 57-74.

⁹ De acordo com Pierre Bourdieu (Por uma ciência das obras. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 53-83), o uso do termo *trajetória* descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo escritor em estados sucessivos do campo literário. Ou seja, é no interior de um estado determinado do campo, definido por um espaço de possíveis e pela posição social ocupada, que o escritor orienta sua direção diante das possibilidades oferecidas.

¹⁰ A memória coletiva, conforme Maurice Halbwachs (*A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 71), é um esquema derivado do fato de que jamais estamos sós porque levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem.

Obviamente trata-se de uma artífice que concedeu ao trabalho discursivo especial atenção às representações paisagísticas, ou melhor, Augusta deu latência à percepção e à apreensão das histórias embutidas no próprio processo de representação. Em suma, o diário de viagem exposto como imagem da paisagem sertão tende a dizer que existe uma história (que carrega uma moral) sobre aquilo, sendo esta uma tentativa de propor verdades. O que está reivindicado naquele diário é o relato realista, ainda que por uma construção que parta da percepção e da afetividade pela comunicação.

Ganha ênfase agora uma consideração de Bourdieu,¹¹ segundo a qual faz-se essencial que se preste atenção tanto à forma de produção, como a de recepção da “explicação histórica” de autores e obras. Deste ângulo, a narrativa feminina cunhada em 1896 suscita a inserção na trajetória dos sentidos reunidos por Augusta de Faro a partir de sua saída da cidade do Rio de Janeiro devido à intenção do seu esposo Sebastião Fleury Curado¹² em fixar-se, juntamente à família, na antiga capital do estado de Goiás. O fazer discursivo da escritora em questão demarca uma relação com o público, o que é determinante na estruturação da paisagem reiterada em sua obra.

A produção de Augusta de Faro Fleury Curado é o produto histórico de um lento e longo trabalho coletivo de percepção do inacabado lugar sertanejo, porque tal autobiografia alcança práticas que desdobram sentidos sobre o lugar e o humano interioranos. Não diferentemente de outras narrativas que contêm relatos pessoais, a obra *Do Rio de Janeiro a Goiás* é um material que assume relevo neste estudo devido a suscitar o exercício crítico que suporta diversas perspectivas teóricas.

Então, interessante é proceder à apropriação parcial dos relatos de Augusta de Faro Fleury Curado, porque eles circunscrevem múltiplos marcadores ao sertão. Sabe-se que através dos delineamentos da escrita de voz feminina dessa viajante, a transcrição de conformações concedidas ao espaço interiorano designa nuances a paisagem. Por isso, esta reflexão margeada

¹¹ BOURDIEU, Pierre. Por uma ciência das obras. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996, p. 53-83.

¹² Na cidade de São Paulo é que Augusta de Faro Fleury conhece o primo Sebastião Fleury Curado, com quem contraiu núpcias em 29 de julho de 1893. Ativo na política, o goiano Sebastião foi promotor, legislador, juiz substituto, depois juiz de Direito da Capital de Goiás, e também jornalista e historiador. Em 1896, o casal Sebastião e Augusta mudou-se do Rio de Janeiro para a Cidade de Goyaz, então capital goiana, acompanhados de seus dois primeiros filhos ainda crianças, André e Maria Paula. Como filha mais velha, Maria Paula experienciou a trajetória da família do Rio de Janeiro a Goiás, vindo mais tarde a prefaciá-lo, organizar e publicar as notas da viagem de sua mãe na primeira edição do diário de Augusta, o qual veio a público em 1961, com a segunda edição em 1985 e a terceira, em 2005.

pelo fenômeno cultural narrado mais uma vez faz com que o sertão seja revisito como esboço ou como realização inacabada do lugar.

Como fez Piña,¹³ vale lembrar que o relato é ao mesmo tempo um método e um produto, e por isso não se tem garantias de uma produção fiel a algo exterior a ele mesmo. Sabendo disso, fala-se abertamente aqui que o diário de viagem é um trabalho situado a partir de uma ambiguidade que flutua “entre la representacion de uma individualidad consistent y, simultáneamente, el reconocimiento de um fenômeno supraindividual”. Isso quer dizer que o relato de Augusta entrecorta-se pela concepção mista da vida pessoal, com seus limites sintetizando a tensão existente entre possíveis campos da liberdade individual, e o condicionamento de conjunturas sociais.

A apreciação da paisagem marcada pela autoridade discursiva de Augusta demonstra que muitos pontos devem ser revisitados. Voltam à tona sistematizações que partem da produção simbólica de alguém que, pela escrita, relata uma história resultante da composição “descritiva de acontecimentos ‘reais’, com afirmações adicionais, morais, ideológicas e mesmo cosmológicas”, segundo lembra Clifford.¹⁴ De fato, esse também foi o trabalho de Augusta de Faro Fleury Curado: criar a alegoria que “denota uma prática na qual a ficção narrativa continuamente se refere a outro padrão de idéias ou eventos”, isto é, “ela é representação que ‘interpreta’ a si mesma”.

Provavelmente o que Crapanzano¹⁵ chamou de ilusão autobiográfica possa margear a problematização do diário de Augusta devido ao risco de se ignorar erroneamente “as estratégias literárias – as convenções e constrangimentos genéricos – através do qual o autor se auto-representa”. Sabe-se que a ilusão é uma necessidade social, pois seria provocada uma confusão especialmente no sistema legal se fossem colocados entre aspas os testemunhos. A apreciação dos relatos em geral oscila-se entre a busca de veracidade e o julgamento da capacidade persuasiva.

É bom fazer saber neste contexto que a escrita de biografias e autobiografias pode direcionar reflexões a extrapolar os limites que margeiam a visão do diário conforme o simples ato de composição individual, que contém histórias corriqueiras da vida de alguém. Considerando o ofício

¹³ PIÑA, Carlos. Sobre la naturaleza del discurso autobiográfico. *Anuário Antropológico/88*. Brasília: Editora UnB, p. 95-126, 1991, p. 98.

¹⁴ CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998, p. 65.

¹⁵ CRAPANZANO, Vicent. Diálogo. *Anuário Antropológico/88*. Brasília: Editora UnB, p. 59-79, 1991, p. 71.

de narrar experiências como algo particular e socializado ao mesmo tempo, considera-se que as nuances encerradas no discurso residente em qualquer obra incluem histórias sustentadas pela trajetória existencial de pessoas que estão subjugadas às redes simbólicas inscritas pelo lugar social.

Por este encaminhamento, é igualmente importante pontuar que um grande compêndio de documentações da narrativa feminina – diários íntimos, memórias, autobiografias, romances memorialísticos, correspondências e papéis avulsos com notas pessoais – somente nas últimas décadas passou a ser considerado como fonte potencial de pesquisa principalmente à literatura, à história e à antropologia. Na verdade, a construção discursiva de memória dificilmente tornou notável alguma das poucas escritoras aventureiras da modalidade do reconto aparentemente íntimo ou pessoal.

A composição feminina no Brasil teve muitas produções de natureza confessional, privada e informacional, interligadas à alcunha do desprestígio documental. Por conta de abarcar conjecturas entendidas por muitos pesquisadores como sendo um material com suspeito valor de autenticidade e de historicidade, quase sempre as narrativas das adeptas da produção biográfica e autobiográfica foram queimadas, guardadas ou esmaeceram pela ação do tempo e do esquecimento.

Boa parte da escrita brasileira de voz feminina, independentemente do gênero de produção, durante um longo período não saiu do anonimato, sobretudo aquelas obras produzidas por mulheres que não tiveram reconhecimento e valoração da sua autoridade discursiva pelos críticos editoriais e comerciais, que sempre envolveram a economia e a política por detrás dos livros. Mas, como um marco divisor de águas, os títulos de autoria feminina começaram timidamente a serem editados no Brasil, conforme afirma Lacerda,¹⁶ “a partir da década de 1960, concentrando-se no crescimento editorial ocorrido entre os anos de setenta e oitenta”.

Como obra que teve sua primeira edição publicada em 1961, a produção narrativa denominada *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)* tem na autobiografia resultante da viagem experienciada e comunicada por Augusta de Faro Fleury Curado uma comprovação de que a escrita da mulher havia chegado aos mercados editoriais, ainda que tardiamente. É comentado que o livro de Augusta – organizado por sua filha mais velha, Maria Paula Fleury de Godoy – esgotou-se rapidamente após sua primeira publicação,

¹⁶ LACERDA, Lílian Maria de. Paisagem sobre a memória feminina e literária. *Latitudes*, n. 14, maio, p. 19-24, 2002, p. 19.

sendo julgado por críticos como Rachel de Queiroz que, na revista *O Cruzeiro* de 30 de junho de 1962, fez a seguinte apreciação: “O depoimento de D. Augusta tem um gosto de autenticidade realmente inimitável. Principalmente os seus choques e surpresas de moça do Rio de Janeiro enfrentando, pela primeira vez, a agreste travessia pelas asperezas do sertão do Oeste”.

Pela exposição de Rachel de Queiroz fica claro que a paisagem sertão rascunhada por Augusta de Faro¹⁷ deu formas à região central do país por destacar marcadores essencializados, rústicos e tradicionais. Naquele relato houve o olhar prenhe de significações importando a ideia de centralidade das regiões brasileiras que hipoteticamente já estariam livres do atraso:

Cidades que mais pareciam com aldeolas se sucediam. [...]. Que diferença entre este hotel de roça, sem cômodo, e o belo Hotel de França, todo iluminado a luz elétrica, com seus criados espertos para o serviço e o confortável das cidades civilizadas!¹⁸

Na verdade, a paisagem interpretada pela viajante condicionou-se a significações arbitrárias em função da apreciação narrativa de práticas que eram desconhecidas:

Foi a primeira vez que vi fiar e é interessante trabalho. [...]. Pobres mulheres do sertão! Para elas, a roca e o fuso são os principais ornatos de suas choupanas; dali que sai o algodão pronto para tecer camisas e calças para o marido e os filhos.¹⁹

A viagem de família relatada em um diário teve seus nós de coerência delineados pela grafia feminina emergente dos caminhos percorridos rumo à Cidade de Goiás, sendo experienciada discursivamente naquilo que se concebia como o ermo sertão do centro brasileiro. Através de um exercício de estranhamento, foram narradas cenas engajadas numa descrição supostamente literal da trajetória de vidas. Para Augusta de Faro Fleury Curado, não diferentemente de outros compositores das imagens interioranas, a paisagem interposta no interior do Brasil também culminava na composição pitoresca, exótica, anedótica ou no que a autora intitulou de “original”:

Inaugurou-se a estrada de ferro durante a nossa estada em Araguari. Imaginem a barulhada. Veio da roça não sei quanta gente para ver o bicho que lança fogo e tem parte com o diabo. [...]. Quando, porém, ela apitou, foi uma corrida

¹⁷ CURADO, op. cit., p. 27-29.

¹⁸ *Ibidem*, p. 52-53.

¹⁹ *Ibidem*, p. 52-53.

por ali afora. Mulheres tiveram ataques, homens velhos juraram que nunca se viriam em semelhante coisa, que urra feito bicho, que tem fogo no corpo. Os moleques corriam de pavor derrubando os tabuleiros. E enquanto isso, a máquina passava triunfal na pequena estação de Araguari. Durante muitos dias, só se falava da tal invenção do capeta²⁰.

Fialho (27^o Pouso). 17 de outubro de 1896. [...]. Saímos bem dispostos; caminhamos muito nesse dia (5 léguas). [...]. O dono do sítio estava com febre intermitente. Fomos visitá-lo. É viúvo, tem três filhas. As moças nos deram café e, depois, me ofereceram um cigarro. [...]. Elas ficaram muito admiradas de eu não fumar. Não faltava mais nada!²¹

É importante admitir que o relato autobiográfico de Augusta concedeu evidência simbólica a sua participação, enquanto indivíduo, em dois tipos de memória. Como diz Halbwachs,²² as lembranças da narradora “teriam lugar no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal”, o que não impedia que ela discursasse “como membro de um grupo que contribui para evocar e manter lembranças impessoais”. Uma nova paisagem despontou para cada estrada observada e para cada pouso experienciado. Houve a tentativa de desvendamento e de domínio dos códigos culturais complexos que sustentavam a invenção de sertões e sertanejos.

Entre as principais nuances discursivas de Augusta de Faro está posto o compromisso de narrar algo de sua vida, expondo informações “reais” sobre situações que evidentemente foram socializadas: “Os ‘camaradas’ cantavam singelas modinhas, sempre sob o mesmo tom triste e queixoso, que, no entanto, se harmonizava bem com a placidez da noite. [...]. Jantamos em casa de um amigo do Sebastião. A senhora dele, aliás uma bela caipira de saia de chita, servia à mesa”.²³ Com este exemplo, infere-se que os marcadores discursivos contidos no diário em questão tornaram fantásticas as imagens espaciais que desempenharam importante papel no delineamento das pessoas e do lugar:

À tarde, apeamos no sítio de D. Raquel. De longe, avistamos 14 toldas armadas. Quais seriam os viajantes? Triste vizinhança, era um bando de ciganos. Eles costumavam atacar as tropas. Os “camaradas” fizeram fogo junto aos lotes e, para não serem surpreendidos pelo sono, tocaram violão e cantaram até romper o dia. Entre outras quadrinhas, recordo-me da seguinte: “Saudade, a celeste mão / que de roxo te vestiu / de luto agora cobriu / o meu triste

²⁰ *Ibidem*, p. 36

²¹ *Ibidem*, p. 66.

²² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p. 71.

²³ CURADO, op. cit., p. 45-47.

coração”. E a viola chorava tristemente, a Lua clareava de leve as toldas dos ciganos, metidas entre as árvores. [...]. O que nos valeu foi Joãozinho dizer que era soldado; isso os amedrontou. [...]. No dia seguinte, cedo, nos preparamos para partir e eles andavam nos espiando, agarrados uns aos outros; mulheres morenas, de olhos de veludo e longos cabelos, homens fortes, trigueiros, crianças lindas; mas todos tão sujos, em farrapos, cheios de missangas pelo pescoço, pelos braços, pelas pernas. [...]. Dormimos no paiol; eu, com medo que os ciganos roubassem meus filhinhos, não fechei os olhos um instante.²⁴

A obra *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896* está penetrada pelas percepções que tentaram apreender a realidade. Ao antever que *A viagem era assim*, a autoridade discursiva de Augusta tornou-se problemáticamente a impressão, a narrativa, o relato, ou seja, fez-se como uma experiência. Mas, existem demasiados universos de intenções e afetividades implícitos nos imperativos autonarrativos de Augusta de Faro. Isso fica mais claro quando é recortado o relato que inaugura o início da jornada chorosa que teve como cenário a estação de ferro central, na cidade do Rio de Janeiro:

Soou triste a hora da despedida. Como sofreu! E a emoção que foi n'alma, tentei não descrever! Há coisas que se sente mas que seria impossível tentar exprimir. São notas magoadas que vibram sempre no mais íntimo de noss'alma e que recusam a se fazer ouvir! A máquina, com o seu silvo agudo, deu sinal de partida. O trem pôs-se em marcha, vagarosamente primeiro, depois acelerando a marcha. Vi desaparecerem a iluminação elétrica, os vendedores de jornais, os comissários de chapa ao peito, minhas pobres e queridas irmãs. [...]. As crianças dormiam. Eu, meio inclinada na janela do trem, olhava sem ver, estonteada, como se me tivessem arrancado o coração.²⁵

É evidente que a produção da paisagem sertão faz com que o exercício etnográfico, literário ou historiográfico de Augusta apresente tendências explícitas, conforme considerou Pereira,²⁶ em selecionar e construir uma “história de vida” que é ocasionada pelo que Rosenthal²⁷ denomina como “vida de experiência do mundo”. Existe até mesmo a tendência dos narradores em enfatizar a matéria de onde surgem as histórias de sua experiência. Considera-se que a função primordial da memória, enquanto imagem partilhada do passado, é promover um laço de filiação entre os membros do

²⁴ Ibidem, p. 60-61.

²⁵ Ibidem, p. 23-24

²⁶ PEREIRA, Lígia Maria Leite. Algumas reflexões sobre histórias de vidas, biografias e autobiografias. *História Oral*, 3, p. 17-27, 2000.

²⁷ ROSENTHAL, G. A estrutura e a gestalt das autobiografias e suas consequências metodológicas. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 193-200.

grupo, conferido a ilusão de veracidade aos valores e às acepções predominantes no grupo ao qual o relato se refere. Como diz Bosi,²⁸ o grupo transmite, retém e reforça as lembranças, “mas é o recordador, que ao *trabalhá-las*, vai paulatinamente individualizando a memória comunitária e, no que lembra e como lembra, faz com que fique o que signifique” (p. 31, grifo da autora).

Augusta de Faro Fleury Curado, portanto, passou certamente a per fazer-se como princípio agrupador de um discurso que prescreveu marcas e inscrições ao humano e ao lugar sertanejos: “Que bom rapaz! Verdadeiro tipo de homem do mato. Sempre a cavalo, descalço, bons dentes, espingarda ao ombro e tão serviçal”.²⁹ Todavia, também é certo que a narrativa da viagem posicionada entre extremos (a Cidade do Rio de Janeiro e a Cidade de Goiás) colocou a voz feminina em evidência, de maneira que o diário escrito a bordo do banguê³⁰ veicula a captação de impressões sobre o sertão pelo jogo pouco equilibrado entre a obra, o narrador e o leitor.

3. Na perspectiva feminina, fez-se a paisagem sertão

No dia 23 de agosto de 1896, Augusta de Faro Fleury Curado deixa a cidade do Rio de Janeiro, juntamente com o esposo, Sebastião Fleury Curado, e os dois filhos, Maria Paula e André. Tendo como destino final a Cidade de Goiás, o percurso foi feito tanto por estrada de ferro, quanto por arranjos de tropas. Logo, houve a possibilidade de experiência discursiva da paisagem sertão pelo olhar da mulher de cultura, que deu formas ao interior do Brasil pelas notas do diário de viagem intitulado posteriormente como *Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896 (A viagem era assim)*.

Enquanto exemplo discursivo, as versões de Augusta para a paisagem tornam-se, como diz Clifford,³¹ exemplares da “autoridade etnográfica enquanto lugar de invenção”. Como registro debruçado sobre dados de uma cultura, de um grupo ou de alguém do grupo, aquele eco feminino ocasionou vistas à realização narrativa que institui a corrente que transmite o acontecido de geração a geração. Como eixo central, aponta-se que a descrição de

²⁸ BOSI, Ecléa. *Memória de sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31.

²⁹ *Ibidem*, p. 59.

³⁰ Augusta de Faro viajou grande parte do percurso em um tipo de instrumento usado como meio de transporte que, no caso dessa viagem, era carregado por burros, pois assemelha-se a uma caixa, com teto coberto e movido por tração animal. Ocorre que, desta maneira, mulheres e crianças poderiam abrigar-se da chuva e do sol, enquanto homens conduziam o banguê em regime de tropa.

³¹ CLIFFORD, *op. cit.*, p. 58.

cenários e pessoas supôs a preocupação com o reconto (ou com a invenção do conto) que não foi suficientemente neutra e nem somente engajada.

Os imperativos narrativos de Augusta de Faro tornam-se uma forma de presenciar as maneiras pelas quais aflora a coisa narrada por alguém. Como disse Benjamin,³² é possível antever essa composição, “se não como a de quem vivencia, pelo menos como a de quem relata”. É a arte da narração que Augusta se propõe a efetivar, numa primeira fase situada entre estações de seis cidades dispostas na linha que conduzia a estrada de ferro aos limites de Goiás e, depois, nas paragens de vinte nove pousos mineiros e goianos, já na segunda fase de seu percurso descritivo.

Partindo do Rio de Janeiro e passando por São Paulo, Ribeirão Preto, Uberaba, Uberabinha (atual cidade de Uberlândia) e Araguari, Augusta inicia o relato da jornada que mudaria tanto o destino de seu núcleo familiar, como o desempenho de seu olhar sobre os espaços do interior brasileiro. Assim, em 18 de setembro de 1896, após quase vinte dias de permanência na cidade de Araguari, deu-se prosseguimento ao novo itinerário que duraria mais de um mês no lombo dos muares, seguindo com destino à capital de Goiás. A partir daí, o jogo de impressões da viajante Augusta de Faro se intensifica em seu relato: “A cavalo foi que pude apreciar a natureza de nossos sertões”.³³ Junto a isso, foi concedida continuidade à narrativa memorialista que principiava sua segunda fase, que certamente foi a mais densa devido à trajetória de estranhamento interposta nas estradas e nos pousos desconhecidos:

Cabeceira do Cedro (1º Pousa). 18 de setembro de 1896. A tropa saiu de Araguari a 17 de setembro. Nós estávamos prontos: uns a cavalo; outros, em banguê, quando começou a chover; adiamos então a viagem para 18 de setembro. À uma hora da tarde de do dia 18 de setembro, púnhamo-nos em marcha. Sebastião, Joãozinho e Henriqueta, a cavalo; eu no banguê com André. Maria Paula vinha a cavalo com um moço que nos acompanhou até o 1º pouso. A princípio correu tudo bem; porém, meia hora depois, o burro da frente espantou e deitou-se. Levei um susto muito grande. Neste lugar, justamente, passavam os trilhos da estrada de ferro. Me deu desespero, comecei a chorar. E se eu pudesse sair correndo por aqueles trilhos a fora, o teria feito. Obrigou-se o burro a levantar-se, depois de ter levado muitas chicotadas e nos pusemos de novo em marcha. Eu, com o meu terço, rezava, não podendo apreciar as lindas paisagens que se desenrolavam tão belas de vida e colorido. [...]. Finalmente, às 5 e meia, chegávamos ao pouso. Um rancho que são quatro ou cinco paus cobertos por um teto de palha. Já estava o cozinheiro com o fogo aceso [...]. No interior, estendem-se 4 a 5 couros de boi, que eles chamam “ligar” e aí se fazem as

³² BENJAMIN, op. cit., p. 63.

³³ CURADO, op. cit., p. 46

camas. [...]. Menu muito simples: feijão, arroz, farinha, carne (quando há), café; mas tudo isso tem seu ingrediente no bom apetite que se goza durante a viagem. [...]. Tínhamos caminhado 3 léguas e ainda faltavam 72.³⁴

Era prevista uma viagem tropeira através de setenta e cinco léguas, ou seja, seria percorrida uma média de quatrocentos e noventa e cinco quilômetros, do amanhecer ao anoitecer, em meio a estradas, rios, pontes, serras e atoleiros, contando com abrigo e refeições mediados por ranchos e vendas dispersos ao longo daquele trajeto. Nos caminhos que interligam estradas aos vinte a nove pousos relatados por Augusta de Faro, foram fixadas e dissipadas versões e visões do sertão em fins do século XIX. Na verdade, fazia-se necessário a inscrição de marcas que ressituassem o humano no espaço do desconhecido: “23º Pouso. 13 de outubro de 1896. Não me recordo nada desse pouso, mas é sempre o mesmo quadro, choupana, paiol, curral, chiqueiro, rancho ao lado”.³⁵

Através do diário foi comunicado um roteiro de viagem interligado fundamentalmente à decadência, à rusticidade, ao desconforto e aos sinalizadores arquetípicos do sertão – tropeiro, caipira (cismado, preguiçoso, bronco, dócil ou velhaco), rancho, venda, acesso difícil ao pouso e beleza da paisagem “natural”. A tropa e a estrada, neste contexto, surgiam como pano de fundo para sustentar o retrato memorável, detentor da fluidez que seria revivida na forma de diário:

*Jacu (2º Pouso). 19 de setembro de 1896. Muito cedo, Sebastião foi caçar e eu com Henriqueta (a empregada) acabávamos de fechar as canastras. Os colchões, travesseiros e cobertas iam em sacos que ficam em cima da carga que leva o animal e que se chama *dôbro*. [...] É muito interessante ver carregar a tropa; os animais presos pelo cabresto numa estaca; cada um tem a sua. Vêm dois camaradas carregando canastras, em que há duas alças que prendem a cangalha ao burro. Eles jogam juntos os fardos e os prendem em seguida com uma larga cinta de couro sobre essa correia que termina por um pequeno pau pontiagudo, que serve para apertar ou alargar a banda que se chama “cambito”. Chama-se “lote” 10 animais que ficam sob as vistas e cuidados de um “camarada”, que sai sempre em primeiro do pouso e que se chama por isso “o dianteiro”. Há, então, dois, três, quatro lotes, tantas quantos se queira, tendo cada lote o seu “camarada”. Além desses, há o cozinheiro e o arreeiro, que é obrigado a arrear e ver quando estão machucados, curar-lhes as feridas, o que chamam de “atalhar cangalhas”. Eles têm seu luxo: faca, freio, chicote, tudo de prata; mas, pelo caminho, vão vendendo, gastam o que têm, o que ganham, e ainda ficam devendo o patrão. Saiu o primeiro lote; dali*

³⁴ *Ibidem*, p. 39-41

³⁵ *Ibidem*. p. 63.

dez minutos, o seguinte; depois o banguê e, atrás, os cavaleiros. [...]. André chorava, e o Sol muito quente. O zumbido dos mosquitos convidava a dormir, mas como dormir de tanto medo?³⁶

A rotina tropeira, relatada no diário incluía um permanente rodízio entre estrada e pouso, de modo que sempre ao final do dia havia a chegada da tropa ao rancho disposto nas paragens. Em média, de três a quatro léguas, isto é, entre vinte e vinte e seis quilômetros eram percorridos diariamente num trajeto articulado às condições climáticas, topográficas e às necessidades correntes de alimentação e repouso:

Meia légua além do Arraial das Paulistas (7ª Pouso). 25 de setembro de 1896. Neste dia tínhamos que fazer quatro léguas e meia; era 7 horas e já o primeiro lote partia; nós seguimos às 8 horas. Às duas e meia da tarde, atravessamos o arraial.³⁷

As referências ao pouso e à estrada eram medidas que garantiam o relativo domínio e apreensão da paisagem. No entanto, a escassez da luz do dia e o surgimento do abrigo no lugar também eram marcos da vitória diária sobre a aspereza do sertão.

Em sua autonarrativa, Augusta de Faro Fleury Curado confirma que a distribuição dos pousos ao longo dos percursos situados no Brasil-interior era o elemento fundamental de incursão e sobrevida. Concedendo posicionamento de data e local de saída e chegada nos pousos, bem como as disposições topográficas dos terrenos, essa autora tencionou conceder realismo a sua impressão sobre o lugar. Contudo, se o relato margeia a invenção, ele também concede nós de coerência e inserção naquilo que se acredita ser concreto. Portanto, quando as descrições contidas no diário delinearam as relações interligadas ao abastecimento e à manutenção do viajante tropeiro, vieram à tona as práticas locais de comércio, troca e favor.

O manejo de mercadorias e a difusão do povoamento no sertão foram temas desse diário de viagem. Houve ainda a constância na descrição de ações mercantis extremamente interligadas a um dos dois tipos de agentes comerciais circunscritos à paisagem sertão. A narradora geralmente apontava uma categoria de comerciantes que era representada pelos que plantavam diversos gêneros (para suprir pessoas e animais cargueiros), possuindo as vezes criações que lhes forneciam leite, ovos, carnes e demais produtos de

³⁶ Ibidem, p. 42.

³⁷ Ibidem, p. 49.

origem animal, que seriam dispostos ao viajante naquele lugar denominado como sítio, fazenda, rancho, estalagem, venda, estabelecimento ou paragem.

A obra de Chaves,³⁸ intitulada *Perfeitos Negociantes – mercadores das minas setecentistas*, é expoente da existência de dois tipos distintos de comerciantes no mercado colonial, os quais eram definidos pela modalidade empregada no comércio. Tem-se que o primeiro deles compreendia “os comerciantes que transportavam e vendiam suas mercadorias pelos caminhos, nas vilas e arraiais, sem localização fixa ou em feiras”. Eles faziam circular produtos vindos do Rio de Janeiro, de São Paulo, como também materiais artesanais e rurais vindos de Minas Gerais. Este tipo de comércio volante reunia o tropeiro, o comboieiro, o boiadeiro, o atravessador,³⁹ o mascate, o cometa etc. No entanto, havia uma segunda categoria de comerciantes que “está representada pelos que compravam e revendiam mercadorias em seus estabelecimentos fixos”. Este grupo de comerciantes fixos de início foi formado pelos fazendeiros e sitiantes. Porém, mais tarde, o grupo passou a ser integrado por vendeiros, lojistas, comissários, todos sendo abastecidos por produtores rurais, artesãos locais e tropeiros.

Pode-se afirmar, contudo, que a divisão entre comerciante volante e fixo não pode ser apresentada com demasiada rigidez no contexto do centro brasileiro. Muitos das relações empenhadas nos sertões poderiam incluir a sobreposição de tarefas interligadas ao comércio, pois muitos fazendeiros tomavam seus próprios bens (animais, plantações e abrigos) para arranjar pousos estratégicos, que iam sendo estabelecidos arbitrariamente ao longo de percursos. Portanto, os relatos de Augusta de Faro são expoentes de relações que assentam cenar tanto com agentes do comércio fixo, quanto com o manejo volante de mercadorias:

*Barro Preto (21º Pouso). 11 de setembro de 1896. Saímos de Santo Antônio em companhia de um carro de bois, carregado de toucinho e de um tocador de porcos. Estávamos a 32 léguas de Goiás. Então, era um gosto ver um querer passar o outro para chegar primeiro à capital.*⁴⁰

³⁸ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. *Perfeitos Negociantes: Mercadores das Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999, p. 49.

³⁹ Os atravessadores compravam gêneros alimentícios nas mãos de tropeiros ou, principalmente, de agricultores para revendê-los posteriormente aos moradores das vilas ou em suas redondezas. Eles geralmente especulavam com o preço destas mercadorias, estocando-as para forçar altas e baixas dos preços. Chaves (op. cit. p. 57) destaca que “as autoridades administrativas das capitânicas tentaram, em vão, durante o século XVIII, coibir a atuação dos atravessadores, sob alegação da falta ou da carestia dos gêneros alimentícios que eram provocadas por eles”.

⁴⁰ CURADO, op. cit., p. 62.

Na verdade, desde a passagem de Augusta pelo itinerário que incluía trilhos percebe-se a persistente imagem das relações comerciais, precisamente interligadas à imagem das vendas, o que designou aos seus relatos um vínculo primordial do humano com a provisão de recursos para a existência. Sobretudo, em razão de se tratar de um grupo itinerante no qual havia duas crianças com tenra idade (André e Maria Paula), a procura pelo leite, por exemplo, é uma cena que se repete tanto nos percursos de trem, como no trajeto empreendido por tropas. Fica nítida, de certo modo, a centralidade derivada às ações comerciais que supriam a carência de alimentação e repouso, principalmente nos contextos experienciados por alguém que agregava papéis de mulher, esposa e mãe que também tentava ser a relatora da vida nos sertões:

Araguari. 29 de agosto de 1896. [...]. O povo é bom e muito agradável. O comércio pequeno: há uma padaria, uma sapataria, duas farmácias e algumas casas de comércio. [...]. Fomos pagar a visita a uma senhora. Num banco sentavam-se os homens; no outro, as senhoras. A conversa era sobre galinhas, ovos, chuva, sol, queda da ponte, a carestia dos mantimentos. Os homens não tiravam o cigarro da boca, e as mulheres só têm de mulher o nome. Que tristeza!⁴¹

Jacu (2º Pouso). 19 de setembro de 1896. [...]. À tarde chegamos a uma grande bacia, rodeada de morros; havia um fazendeiro, pediu-se-lhe pousada; ele não quis, ou não pôde dar; não sei. Armou-se a tolda [...]. O fazendeiro chama-se Manoel Calado, alcunha devida, sem dúvida, à preguiça que tem de falar. [...]. Devia ser Manuel Miséria seu apelido. Com tantos frangos não quis vender um sequer, e o leite, que aí pelo sertão é vergonha vender, ele cobrou a 100rs, a garrafa.⁴²

Entendidas como imprescindíveis ao êxito da trajetória tropeira e familiar de Augusta, as relações interligadas à compra, troca ou doação de mercadorias são sempre evidenciadas no diário em circunstâncias associadas à sobrevivência. Os contornos designados à paisagem, por isso, fixaram até mesmo o tipo de especiarias produzidas no interior brasileiro. A marca do lugar agora compreendia o máximo da rusticidade resumida em pousos e estradas precários e decadentes, e na alimentação quase sempre insuficiente ou desprovida de variedade em gêneros alimentícios.

Em pouquíssimas cenas relatadas por Augusta, o sertão goza de abastança e suficiente provisão. Em geral, as circunstâncias que envolviam alimentação e repouso eram sinônimas da rusticidade que às vezes se alterna com a miséria, ambas contrastando com obsequiosidade ou esquisitice dos

⁴¹ Ibidem, p. 37-38.

⁴² Ibidem, p. 43.

tipos humanos. Sempre vinculadas aos marcadores do lugar (estrada, pouso, rancho), da alimentação (leite, frango, ovos, queijo, café) e do humano (estranho, pobre, dócil, pitoresco), as narrativas de Augusta de Faro reiteraram o distanciamento social imputado ao lugar sertão:

Sapê (3º Pouso). 20 de setembro de 1896. [...]. À tardinha, chegamos num sítio (pequena fazenda), situada no alto de um morro. [...]. O dono do lugar é um sujeito esquisito: sempre mostrando os grandes dentes amarelos, fumando sem cessar, com uns olhos de velhaco e cara de tolo.⁴³

Porto dos Barreiros (4º Pouso). 21 de setembro de 1896. [...]. Jantamos em casa de um amigo de Sebastião – Tu Carlos (Antônio Carlos). [...]. Esse Tu Carlos foi um dos bons eleitores de papai. Agradeceram-nos muito. Brava gente! Então, foram presentes de pães, queijos, vinhos do Porto, roscas, biscoitos, leite, quase que não tínhamos lugar para tanta coisa.⁴⁴

Retiro do Antoninho (5º Pouso). [...]. Á tarde chegamos ao sítio do Antoninho. Nada havia para se comprar. O casal que cuida desse Sítio planta o necessário para não morrer de fome. O marido ardia em febre num catre [...]. Sebastião administrou quinino ao marido e eles – que diziam nada ter – venderam-nos frangos, leite, ovos e abóbora. Ficamos em duas choupanas caídas, exposta ao relento.⁴⁵

Lageado (6º Pouso). 24 de setembro de 1896. [...]. E, assim, chegamos ao Lageado, às 6:00 horas da tarde. O Lageado tem três a quatro moradores. A tolda já estava armada, o café pronto, os animais no pasto. Logo que chegávamos, Sebastião corria aos moradores, a fim de procurar ovos, frangos, leite e queijo.⁴⁶

Porto de Corumbá (8º Pouso). 26 de setembro de 1896. [...]. Madrugamos porque queríamos passar o rio cedo. Chegamos lá às 11 horas; já a tropa estava do outro lado. Fomos muito felizes, porque há ocasiões em que não se pode fazer a travessia. Fomos para a casa do capitão do Porto, que nos deu uma boa sala, muito leite e hospitalidade franca.⁴⁷

No Teófilo (9º Pouso). 27 de setembro de 1896. Armamos a tolda dentro do rancho e fomos visitar o Sr. Teófilo. [...]. Deu-nos muito bom vinho e leite para as crianças. A mulher nos fez tomar café que eles coam aqui, já com açúcar, o que não deixa de ser gostoso.⁴⁸

João Paulo (12º Pouso). 1º de outubro de 1896. [...]. Chegamos ao escurecer no tal sítio do João Paulo. [...]. O dono do sítio, um esquisitão, não queria vender coisa alguma, até negou-se a nos oferecer pasto para os animais. Depois mudou de parecer e foi tão amável que não queria receber o aluguel do pasto.⁴⁹

⁴³ *Ibidem*, p. 44.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 47.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 48.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 49.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 51.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 51.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 56.

É óbvio que ao conceder nuances à paisagem sertão, aquele diário reafirma a existência das relações de reciprocidade no sertão. É designado ao trajeto tropeiro uma extensa matriz de significados que funciona como rede para interligar produtos e produtores do lugar. Por movimentos funcionais e flexíveis, o relato de Augusta de Faro arranja as relações entre humano, animal, tempo e espaço, de modo que o texto seja lugar para a paisagem ser desdobrada. Remontado particularmente o sentido da tropa, a escrita da mulher alcançou a codificação da paisagem:

Meia légua além do Arraial das Paulistas (7ª Pousa). Às cinco e meia, estávamos no pousa. Lugarzinho alegre e pitoresco, o riacho (córrego, como eles costumam dizer) perto, passarinhos cantando, tarde fresca e agradável. Compramos milho para os animais.⁵⁰

Na narrativa do diário foi usual o emprego narrativo de termos tais como sertão, rancho, pousa, tropa, burros, camarada, carga, roceiros, viola, lugar, carro de bois, caipira, riachos, natureza, serra, sítio, fazenda, comprar, vender, paisagem, légua, arraiais, choupanas, leite, frango, queijo, ovos e café. A descrição sumária do centro brasileiro foi recurso para reunir o máximo de elementos na composição de cenas da paisagem que estava sendo percebida e rascunhada. Havia uma pretensão contemplativa da dinâmica pitoresca que era praticada no sertão, a fim de colocar em relevo que se tratava de um ambiente portador de significações locais peculiares, rústicas e exóticas:

Mormaço terrível, e que fome. Sebastião e eu fomos a uma venda próxima comprar sardinha e cerveja. Aí presenciei cena original, que não quero deixar de narrar. O vendelhão, velho português, barriguido, assentado à *califorchon* sobre o balcão; a um canto, de cócoras, um caipira de olhar velhaco, magro, chapéu de palha, examinava um rolo de fumo.

- Oncê me diga cá uma cousa: esse fumo é de Guaiáz ou de Minas?

- De Goiaz, stá bisto, homem!

- Vamo negociá ele? Quanto dá por um metro?

- Não bendo metro; ou vai o rolo ou nada.

- Quá! Vai por dois tustão e 12 ovos, serve?

- Bem, bamos com isso. O caipira piscava os olhos e ria-se e do rolo ia fazendo um cigarro, que acendeu, e, montando a cavalo, partiu dizendo:

- Até as vistas...

O português ficou com uma cara! Foi tolo. O outro o que queria era fazer um bom cigarro sem pagar.⁵¹

⁵⁰ Ibidem, p. 50.

⁵¹ Ibidem, p. 33.

Na busca da retenção de imagens sertanejas em seu relato, foram descritas com ênfase as práticas comerciais. Augusta de Faro Fleury Curado refere-se reincidentemente à imagem da dádiva⁵² concedida ao viajante. Pode-se dizer que a troca,⁵³ a compra, a venda e a doação eram ações comuns para o viajante, porque o sertanejo oscilava entre versões de avareza, pacificidade, esquisitice, ignorância e obsequiosidade. Surpreendentemente, o sertão inculto algumas vezes também gozava de harmonia, alegria, hospitalidade, singeleza e até mesmo de beleza:

Boa Vista (11º Pousa). 30 de setembro de 1896. Não pudemos partir por terem desaparecido alguns animais que só foram encontrados à noite. Perdemos este dia, que passamos agradavelmente, em companhia do velho Lúcio e da sua mulher. Boa gente. [...]. A velha fiava, e muito me divertia observá-la. No sítio, tudo em paz; o velho com 79 anos, nunca tinha visto letra de imprensa. A velha sabia as rezas de cor. Os rapazes trabalhavam na roça; a moça criava galinhas. Aprender a ler? Pra quê??? Viviam tão bem assim. [...]. A velha nos deu bons cafés com bolinhos, que depois, no outro dia, os bolinhos fizeram uma falta extraordinária. Separamo-nos com saudades daquela singela família. [...] Chegamos ao escurecer em “Boa Vista”. É um lugar alegre, de uma vista lindíssima; perto do rancho, corre um grande rio de lages escuras. Junto do rancho, uma choupana, cujo dono (um negro), nos obsequiou muito e presenteou as crianças.⁵⁴

Zeferino (17º Pousa). 7 de setembro de 1896. Passamos Pousa Alto, a cidade toda construída sobre morros. [...]. Estivemos na casa do Cel. Aprígio de Melo, excelente homem, que foi muito amigo do papai. É branco da Bahia, a mulher também, as filhas, embora bonitas, pareciam aquelas bonecas de pano, vestidas de cós preso ao corpinho, e calçando chinelinhas de veludo preto, com flores bordadas a lã. Aliás, ótimas pessoas, obsequiaram-nos extraordinariamente. Saí no famoso banguê e disse-lhes adeus para nunca mais.⁵⁵

A ênfase concedida aos relatos de experiências sociais, à imagem espacial do sertão e ao esboço tipológico do sertanejo e de suas práticas, na verdade, demonstra que o diário de viagem em questão manteve grande preocupação em descrever a passagem pelos abrigos das fazendas. Através da experiência comunicada por Augusta, até certo ponto é difícil estabelecer

⁵² Em apropriação à conotação empregada por Marcel Mauss (*Sociologia e Antropologia*, Volume II. São Paulo: Edusp, 1923), no “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão das trocas nas sociedades arcaicas” contido em sua obra *Sociologia e Antropologia*, o termo “dádiva” aqui tem referência ao fato de que a troca e a reciprocidade no sertão também eram fundamentos da vida social daquele grupo humano que, além do comércio, visava ainda dar, receber e retribuir.

⁵³ A ação da troca nos sertões também podia ser tomada como escambo, câmbio ou permuta.

⁵⁴ CURADO, op. cit., p. 54-55.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 60.

distinções precisas entre formas físicas e sociais estabelecidas para ações de reciprocidade nos sertões. Aliás, somente a insipiência da venda fica em total evidência, comprovando o que disse Chaves⁵⁶ sobre as vendas terem pertencido por um longo período ao estágio intermediário entre o rancho e a estalagem.

Inclusive, em outro diário de viagem intitulado *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*, o relator Saint-Hilaire⁵⁷ fixou evidência para o fato de que, já no ano de 1819, existiam arranjos comerciais semelhantes às vendas. Tratava-se de locais posicionados em estradas ou próximos aos ranchos, em que havia o pouso para tropeiros e demais viajantes. Segundo este autor, o rancho era abrigo gratuito agregado à disposição formal e informal de produtos para a venda. Ali, até mesmo o milho para os animais estava providencialmente arranjado para que pudesse ser comprado. Era pelo comércio de produtos alimentícios, e outros bens úteis aos viajantes, que o proprietário de um rancho, pousada, sítio, fazenda ou estalagem era indenizado por suas despesas na recepção de pessoas e de animais em seu pouso.

Em *Viagens do Rio de Janeiro a Morro Velho*, Burton⁵⁸ afirma que o sertão era verdadeiramente um lugar onde uma, em cada duas pessoas, montava uma casa de comércio. Para ele, havia intensa preocupação em constituição de hospedarias, ainda que fossem rústicas e que justapostas à casa de uma família rural. A intenção era deixar à disposição pontos de venda que proporcionassem acomodação, em geral, ao itinerante que viajava com arranjos de tropas. Sendo assim, é bom esclarecer que os ranchos mais simples quase sempre eram providos de produtos comestíveis, ligados à agricultura e à pecuária principalmente. Porém, as vendas já legitimadas como pontos de comércio contavam com o espaço para gêneros comestíveis (ovos, leite, queijo, carne salgada, ração animal, sal, rapadura, grãos, legumes, verduras, cachaça, fumo, toucinho, café), e ainda os gêneros complementares (ferraduras, chapéus, guarda-chuvas, espelhos cintos, facas, garruchas, munição, linha de costura, dentre outros).

⁵⁶ CHAVES, op. cit.

⁵⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz* - Tomo Segundo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

⁵⁸ BURTON, Richard. *Viagens do Rio de Janeiro a Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

Zemella⁵⁹ procurou apresentar possíveis distinções entre a venda e a lojas, ambas como sendo configurações derivadas de um estabelecimento original, primado de rusticidade, e que estava fixado sempre em analogia ao rancho no pouso. Na obra *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*, estão destacadas as vendas como locais onde eram comercializados os mais diversos artigos, e que as vezes poderiam ser encontrados nas lojas, sendo que na venda também havia os gêneros secos e molhados. A loja, deste prisma, se limitava a comercializar fazendas, assim como as boticas responsáveis pela circulação dos medicamentos.

De maneira complementar, em *Engenhos e casas de negócio das Minas oitocentistas*, Paiva⁶⁰ acrescenta que é difícil a diferenciação da venda e da loja, bem como a distinção dos produtos dispostos em cada estabelecimento. Não havendo uma regra fixa, as lojas também poderiam fazer circular aguardente, secos e molhados e até remédios. Mas, em relação à localização, as lojas eram situadas usualmente em ambientes mais urbanizados, enquanto a alcunha de venda (tida ainda como bar ou armazém) era designada aos locais concentrados paralelamente em localidades urbanas ou rurais. Dito isso, pode-se por ilustrativamente em evidência uma imagem assumida pela loja na escrita de Augusta de Faro Fleury Curado:

João Paulo (12º Pouso). 1º de outubro de 1896. Passamos por Caldas Novas, onde existiam as famosas fontes de águas ferventes que, como as Caldas de Minas, servem para moléstia de pele. É uma cidadezinha; pequeno riacho corre no centro, a igreja toda caiada de branco. Parece que o povo tem alguma religião. Fomos para a casa do Vitor Ozeda Alla, influência em Caldas Novas, grande eleitor do papai. É um senhor prosa e instruído. Baiano. Tem uma boa loja. Sebastião comprou vários objetos, entre outros, um par de luvas de seda pra mim. As luvas são daquelas que no Rio de Janeiro custam 2\$500 e pagamos 6\$000. Luvas de pelica não havia, e se as houvesse, por que preço? Ofereceram-nos esplêndida mesa de doces. A senhora do Vitor é de boa família, simpática e educada.⁶¹

De modo geral, a atividade comercial assumiu conformações de informalidade nos relatos de Augusta. Raras eram as descrições em que aparecia a venda, o bar ou o armazém completamente estruturado. É bem verdade que a loja acima citada foi o único ponto de venda de mercadorias mencionado ao longo do percurso narrado, pois somente ele possuía uma maneira

⁵⁹ ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

⁶⁰ PAIVA, Clotilde Andrade. *Engenhos e casas de negócio das Minas oitocentistas*. VI Seminário sobre Economia Mineira. Belo Horizonte: CEDWPLAR/UFMG, 1992.

⁶¹ CURADO, op. cit., p. 55.

formalmente planejada para abrigar atividades comerciais. Era mais comum nos relatos que a compra de gêneros alimentícios assumisse a forma de relação imposta pela reciprocidade nos pequenos ranchos sertanejos. Mas, ainda que de forma precária, é inegável que a existência de pousos naquele relato de viagem remete à ideia da provisão de mantimentos ao viajante do sertão.⁶²

4. No caminho da invenção autonarrativa do lugar

O povoamento do centro brasileiro – por incursões ou experiências como as de Augusta de Faro Fleury Curado – iam remontando a paisagem e a reestruturando em função da imersão de pessoas e animais no lugar sertão. Vale salientar, até mesmo, que dos vinte e nove pousos citados por Augusta de Faro, no mínimo doze deles tornaram-se cidades ou distritos após 1896, ano em que foi feita a viagem tropeira descrita em *Do Rio de Janeiro a Goiás – 1896 (A viagem era assim)*.

Como exemplo do que foi dito, apontam-se algumas cidades desencadeadas pela existência precedente dos pousos citados por Augusta. No entanto, de início, cabe dizer que os seis primeiros pousos mencionados no diário de Augusta (Cabeceira do Cedro, Jacu, Sapê, Porto dos Barreiros, Retiro do Antoninho e Lageado) pertencem atualmente, como distrito ou como bairro, à cidade de Araguari. Por estarem situados antes do Paranaíba – rio que delimita a divisa existente entre os estados de Minas Gerais e Goiás – tais localidades foram assimiladas pelo município araguarino. Mas, do sétimo pouso em diante, percebe-se o retrato de um percurso que põe em evidência pousos que, direta ou indiretamente, desencadearam a aglomeração urbana em diversos locais. Isso comprova que, nas proximidades do sítio ou da fazenda que abrigava as tropas, em muitos casos surgia um povoado persistente, que mais tarde se tornaria cidade.

⁶² Aqui constam nomes dos pousos, conforme relatou Augusta em seu diário: 1º Pouso: Cabeceira do Cedro – 18 de setembro de 1896; 2º Pouso: Jacu – 19 de setembro; 3º Pouso: Sapê – 20 de setembro; 4º Pouso: Porto dos Barreiros – 21 de setembro; 5º Pouso: Retiro do Antoninho – 23 de setembro; 6º Pouso: Lageado – 24 de setembro; 7º Pouso: Meia légua além do Arraial das Paulistas – 25 de setembro; 8º Pouso: Porto de Corumbá – 26 de setembro; 9º Pouso: No Teófilo – 27 de setembro; 10º Pouso: O velho Lúcio – 28 de setembro; 11º Pouso: Boa Vista – 30 de setembro; 12º Pouso: João Paulo – 1º de outubro; 13º Pouso: Dona Rita – 2 de outubro; 14º Pouso: Dona Delfina – 3 de outubro; 15º Pouso: Antônio Pedro – 4 de outubro; 16º Pouso: José Gonçalves – 5 de outubro; 17º Pouso: Zeferino – 7 de setembro; 18º Pouso: Dona Raquel – 8 de outubro; 19º Pouso: Teodoro – 9 de outubro; 20º Pouso: Santo Antônio – 10 de outubro; 21º Pouso: Barro Preto – 11 de outubro; 22º Pouso: Campininhas – 12 de outubro; 23º Pouso: Sem citação do nome – 13 de outubro; 24º Pouso: Gervásio – 14 de outubro; 25º Pouso: Mato Grosso – 15 de outubro; 26º Pouso: Manuel Bueno – 16 de outubro; 27º Pouso: Fialho – 17 de outubro; 28º Pouso: Água Limpa – 18 de outubro; 29º Pouso: Uru – 19 de outubro; Chegada a Goiás – 20 de outubro de 1896.

As relações empenhadas no interior sustentaram o advento de diversas cidades no sertão devido às aglomerações que iam surgindo ao longo das rotas de viagem, amparadas pelo comércio abrigado no pouso. Com o passar do tempo, fazendeiros quase sempre faziam uma doação de terras para expansão de arraiais, povoados e vilas que, com o decorrer dos anos, se tornariam municípios. Mais precisamente, em função do relato de Augusta de Faro, é possível apontar que o sétimo e o oitavo pousos denominados respectivamente pela relatora como “Meia Léguas além do Arraial das Paulistas” e “Porto de Corumbá”, assumiram conjuntamente a conformação do município de Corumbá, ⁶³ intitulado a partir da justaposição dos nomes de dois rios que banham a região - o Corumbá e o Paranaíba.

Entretanto, o que se percebe é que o mesmo ocorreu com diversos outros pousos citados por Augusta em seu diário. Cabe listá-los na sequência em analogia aos núcleos urbanos de Goiás a eles associados: 1) 11º Pouso: “Boa Vista”, se transformou na cidade de Mazargão ⁶⁴; 2) 14º Pouso: “Dona Rita”, situado na região de Morrinhos; ⁶⁵ 3) 17º Pouso: “Zeferino”, localizado em Pouso Alto, atual cidade de Piracanjuba; ⁶⁶ 4) 18º Pouso: “Dona Raquel”, arredores da cidade de Bela Vista de Goiás; ⁶⁷ 5) 20º Pouso: “Santo Antônio”,

⁶³ A cidade de Corumbá-GO tem seu surgimento associado à doação de terras da fazenda de Manoel Cândido das Neves, que doou dois mil alqueires para a formação do povoado. Primeiro, o local foi chamado de “Arraial dos Cupins” e, depois, “Arraial dos Paulistas” (em homenagem ao próprio Manoel, que era paulista). Com a Lei Estadual nº. 351, de 20 de julho de 1909, o povoado passou a se chamar Vila Corumbá. Pela Lei 389, de 28 de maio de 1912, Corumbá passou a município.

⁶⁴ O povoado de Boa Vista de Mazargão-GO surgiu no início do século XX, em terras pertencentes à fazenda Boa Vista de Mazargão, situada no Município de Caldas Novas. Devido à sua posição, às margens da estrada que passa por Corumbá, ligando o estado de Goiás ao de Minas Gerais, o povoado desenvolveu-se rapidamente. Pelo decreto-lei estadual nº. 557, de 30 de março de 1938, o distrito de Boa Vista do Marzagão teve seu nome simplificado para Marzagão. Foi elevado à categoria de município com a denominação de Marzagão, pela lei estadual nº. 336, de 18 de junho de 1949, criado também pela lei estadual nº. 954, de 13 de novembro de 1953, complementada pela lei estadual nº. 1274, do mesmo ano.

⁶⁵ Morrinhos-GO foi fundada em princípios do século XIX. O povoado surgiu com a presença de mineiros, viajantes e paulistas que vieram explorar a fertilidade de suas terras. A história de Morrinhos remonta à primeira metade do século XVII, quando o produtor rural Antônio Corrêa Bueno e seus irmãos utilizam as terras da região para a agricultura e a pecuária. Chamou-se Vila Bela do Paranaíba e Vila Bela de Morrinhos. Em 29 de agosto de 1882 foi elevada à categoria de cidade com o nome de Morrinhos.

⁶⁶ Em 1833, Pouso Alto-GO era povoado, e em 1855 era distrito. A localidade desenvolveu-se em torno da estação telegráfica criada pelo Governo da União. Por volta de 1896, as únicas casas existentes no local (terras das fazendas Córrego Fundo e Flores) eram choupanas de capim, incluindo-se entre estas, a casa onde funcionava a estação telegráfica. Mais tarde, foram surgindo os pequenos estabelecimentos comerciais. Em 1907, a vila denominava-se Pouso Alto, e em 1943, era Piracanjuba.

⁶⁷ Bela Vista de Goiás surgiu provavelmente na primeira metade do século XIX. Tropeiros e carreiros que transportavam mercadorias de Minas Gerais para Goiás fizeram do local ponto de pousos, que circundaram o surgimento do povoado. O primeiro nome do povoado foi Patrimônio de Araras. Em 1943, o nome Bela Vista foi oficializado pelo Decreto Municipal de 31 de março de 1943.

atual cidade de Hidrolândia;⁶⁸ 6) 21º Pouso: “Barro Preto”, atual Cidade de Trindade;⁶⁹ 7) 22º Pouso: Campininhas, atual bairro da cidade de Goiânia;⁷⁰ 8) 25º Pouso: “Mato Grosso”, região de Goianira;⁷¹ 9) 26º Pouso: “Manuel Bueno”, localizado em Goiabeira, atual cidade de Inhumas;⁷² 10) 28º Pouso: “Água Limpa”, arredores de Curralinho, atual cidade de Itaberaí.⁷³

Diante das questões apreciadas aqui, é preciso considerar que no ano da passagem de Augusta de Faro Fleury Curado por Goiás já existiam algumas poucas aglomerações e/ou cidades estruturadas, a exemplo de Caldas Novas, que teve seu povoamento interligado tanto à inicial exploração de riquezas naturais, quanto à existência de águas termais, utilizadas para banhos curativos. Ou seja, é evidente que havia sempre as mais diversas motivações para a imersão de viajantes no interior.

Deve-se mencionar novamente, neste estudo, que todas as incursões promovidas no sertão sempre estavam amparadas pela estrada, pelo pouso, pelos animais cargueiros e, muitas vezes, pelas pontes, uma vez que todos estes elementos serviram de sustentáculo para as incidentes empreitadas de experiência da paisagem interiorana. Dessa forma, quando é tomado o itinerário de viagem contido no diário de Augusta, fica ainda mais nítido que a caminhada, o repouso e o arranjo de tropas estavam comumente inter-relacionados ao fomento das relações de comércio e abastecimento,

⁶⁸ Iniciada a década de 1830, Padre Marinho, por exercer a atividade de comerciante de gado, abriu uma estrada que ligava Goiás às Minas Gerais. A estrada construída por ele cruzava o território onde atualmente está o Município de Hidrolândia-GO, encontrando assim condições favoráveis para pernoite às margens do Ribeirão Grimpas. Em 1895 houve a criação do arraial que se efetivou com a doação de novas áreas de terras efetuada pelo Senhor Manoel Pereira Cardoso. Assim pelo Decreto n.º. 454, de 24 de novembro de 1930, foi o Distrito de Santo Antônio das Grimpas, mais tarde denominado Hidrolândia.

⁶⁹ Por volta de 1840, Trindade-GO era denominada Barro Preto, sendo elevada à categoria de Vila Velha em 16 de julho de 1920. Somente sete anos depois foi elevada à categoria de cidade. Em 1963, pela Lei Estadual n.º. 4.957 o município foi emancipado. Sua expansão foi ocasionada, especialmente, devido a sua estrada ser itinerário de romarias e passagem de viajantes.

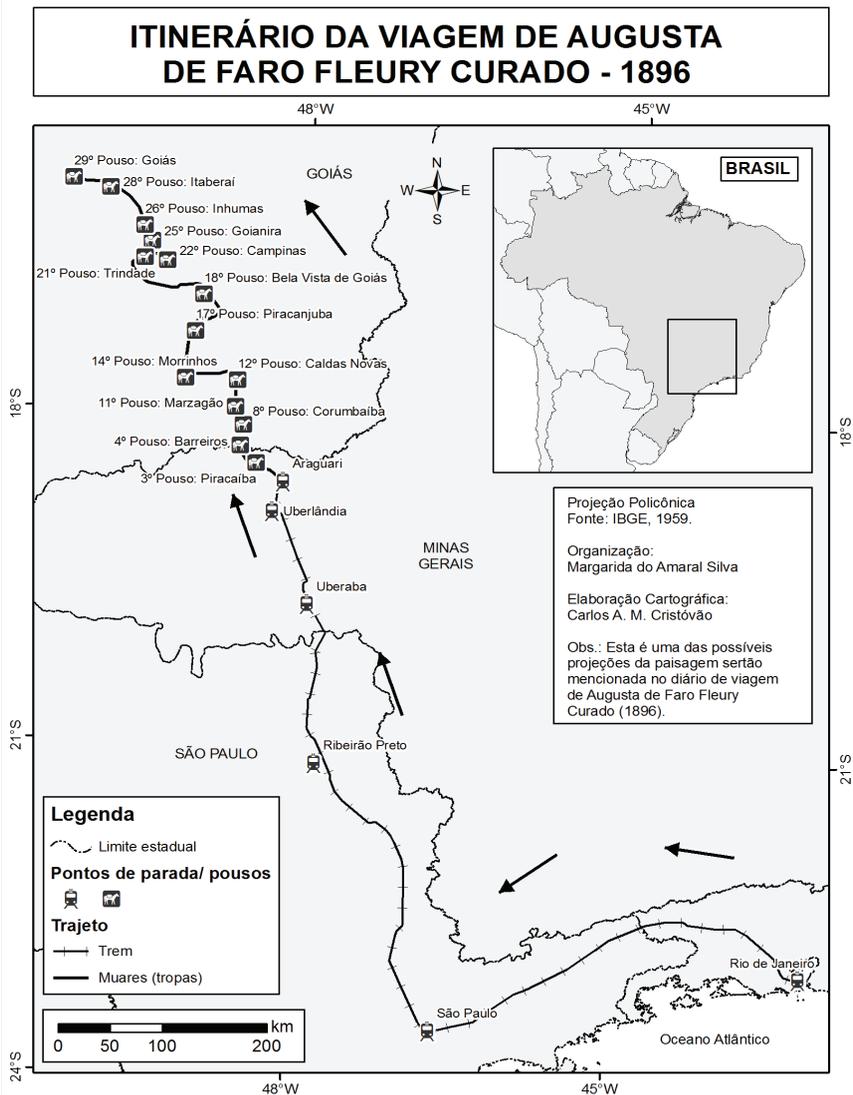
⁷⁰ A origem do povoamento de Campinas está ligada à abertura dos caminhos para o sertão de Goiás e Mato Grosso. Campinas é levada a categoria de município em 1907. O Decreto n.º. 3359, de 18 de maio de 1933, determinou que a região, às margens do córrego Botafogo, compreendida pelas fazendas denominadas Criméia, Vaca Brava e Botafogo, no então município de Campinas, fosse edificada a nova capital do estado de Goiás. Atualmente, Campinas é o bairro mais antigo pertencente à cidade de Goiânia.

⁷¹ A história de Goianira-GO começa em Trindade, junto a fazendeiros que tiveram a idéia de montar um povoado. As terras foram doadas e construiu-se uma capela onde surgiu o Povoado de São Geraldo. O município de Goianira foi criado pela Lei Estadual n.º. 2.363, para instalação em 4 de janeiro de 1959.

⁷² Situada às margens da Estrada Real, estrada que levava a Cidade de Goiás, estava o povoado de Goiabeira. Por ser ponto de descanso para tropeiros, o vilarejo surgiu a partir da referência de um extenso goiabal. A Lei n.º. 40, de 02 de dezembro de 1908 alterou o nome de Goiabeira para Inhumas. O Decreto Estadual n.º. 602, de 19 de janeiro de 1931 transformou Inhumas em município.

⁷³ Pequenos rancho e curral, às margens do Rio das Pedras, deram origem ao povoado, no século XVIII. A freguesia de Nossa Senhora da Abadia do Curralinho-GO passou a ser denominada Curralinho em 1840, sendo chamada de Itaberaí pela Lei Estadual n.º. 762, em 05 de outubro de 1924.

o que desencadeou o advento de cidades no centro brasileiro. Pelo que foi posto até agora, este estudo culmina numa reflexão sobre o surgimento de cidades no interior sustentada pela apreciação de notas contidas no relato de Augusta de Faro Fleury Curado, o qual subsidiou, para melhor visualização, o mapa temático seguinte.



Uma perspectiva para o surgimento de cidades no sertão.

De certa forma, é agora um tanto mais nítido que a paisagem sertão ganhou contornos particularmente em função da mediação de mercadorias que subsidiou longas permanências de pessoas no sertão. Também é verdade, no entanto, que ficou parcialmente revisto o fato de que as cidades originadas no centro brasileiro, em larga medida, tiveram nas atividades mercantis o elemento primordial para a configuração tanto da malha urbana, quanto da distribuição de marcadores sertanejos pelo espaço. Com efeito, a estruturação das vilas foi demasiadamente sustentada pela existência do pouso e das ações de reciprocidade que sinalizaram a imersão no interior brasileiro.

Pelos delineamentos concedidos à paisagem no diário de viagem de Augusta de Faro Fleury Curado, em particular a estrada, o rancho, o pouso e as tropas evidenciam a conformação histórica, espacial e social do lugar como atividade não-gratuita e ao mesmo tempo engajada. Fica explicitado, assim, que a produção simbólica do Brasil-interior acompanhou a simetria do tempo e do espaço diário que eram mensurados enquanto percurso tropeiro. Com a possibilidade de alargamento reflexivo ao apreciar a distribuição dos marcadores imaginários pela paisagem inventada por Augusta, expõe-se uma vertente menos comum para repensar o porquê de, atualmente, as figurações arquetípicas, que foram sustentadas também naquele diário, ainda nortear em quase que exclusivamente as múltiplas experiências de escrita e leitura da paisagem sertão.

Artigo recebido para publicação em 13/10/2012

Artigo aprovado para publicação em 03/04/2013